

## **Introdução:**

Inúmeras e bastante diferentes são as teorias que compactuam, na atualidade, uma crítica profunda ao “paradigma da produção” como pensado a partir de Marx tendo o trabalho como fundamento da sociabilidade humana. Desde Arendt, passando por Habermas, Offe, Gorz, Kurz<sup>1</sup>, o conceito de trabalho que abarcaria o conjunto das práticas concretas da atividade humana socialmente organizada, carregadora de conteúdo material e objetivo (sem deixar de ser, por isso, produtora de subjetividade), vem sendo preterido por conceitos outros - sob alegação de que se referem à práticas daquele distintas: a linguagem (Habermas (1989) e sua “ação comunicativa”), o imaginário (Castoriadis (1993)), etc. Para alguns pesquisadores, mesmo aquelas atividades que são ligadas à produção de mercadorias mas que envolvem produção e gestão de conhecimento, geração de idéias, concepção e projeção prévias à materialização do que quer que seja, são vistas como atividades distintas do trabalho.

Nos dedicaremos, no presente texto, não a crítica dessas teorizações como um todo mas à crítica mais pontual de uma das concepções delas derivadas, qual seja, a de que a “atividade inovativa” (que trataremos aqui como uma metáfora para o trabalho intelectual em geral) não é trabalho e, por conseguinte, os agentes inovadores estão irremediavelmente distantes dos meros trabalhadores. Mostraremos na primeira seção que um conceito mais amplo de trabalho, que abarcaria tais “atividades”, é compatível e mesmo necessário para atualizar o paradigma marxiano frente às teses do fim da centralidade do trabalho em geral.

Na sequência, a segunda seção deverá focar a especificidade do trabalho - menos material e menos braçal - que fazemos com o intelecto, que gera e opera com conhecimentos e é responsável pelas novas combinações de informações, métodos, instrumentos, etc., que é o cerne da nossa compreensão do que seja o trabalho intelectual ligado à inovação. Nesse ponto, nossos argumentos apontarão no sentido do crescimento desse “trabalho imaterial” (como o chamam Negri, Hardt, Lazzaratto, Cocco<sup>2</sup>), mas como fazendo parte do mesmo processo de abstração do trabalho que dá origem ao capitalismo (o “trabalho coletivo” de Marx), e não, como querem esses autores, significando uma ruptura com este modo de produção. Feito esse adendo, a sessão prossegue acompanhando a reflexão de Fernando Haddad (1997)<sup>3</sup> sobre as especificidades do que para nós é *trabalho intelectual* e para ele é *atividade inovativa*.

Na terceira e última sessão, pretendemos uma conclusão aberta que mais convida para as consequências dos argumentos apresentados do que os retoma um a um. Nesse sentido, a grande consequência que se quer destacar é que: a unidade de classe dos trabalhadores, se não foi enormemente facilitada como nas ingênuas teses dos autonomistas do trabalho imaterial onde “as multidões” (NEGRI, 2002) tomam o papel de sujeito da história, também não foi enterrada como nas reflexões de Offe (1991), Shaft (1991), Kurz (2002) e Haddad (1996).

## **Sessão 1 – Da centralidade do trabalho e da necessidade de um conceito que capte o conjunto de suas formas fenomênicas**

Ao longo dos últimos quase 30 anos, o paradigma da produção centrado no trabalho como categoria fundamental de análise vem sendo questionado, de diferentes maneiras, por diferentes estudiosos dentro mesmo de um campo marxista ou próximo ao marxismo. Offe, Habermas, Gorz, Kurz, são alguns dos autores que, dedicados a pensar as transformações por que passa o capitalismo, colocam entre estas a perda do trabalho como “categoria sociológica chave” e sua substituição por categorias outras. Outros colocam que é a atividade mesma do trabalho que sofre grandes transformações/diferenciações a ponto de não se parecer mais

---

<sup>1</sup> Referi-mo-nos fundamentalmente: ARENDT(1993), HABERMAS (1989), OFFE ( 1989,1991), GORZ (1980, 1989,1991) , KURZ (1992).

<sup>2</sup> Desses autores o fundamental se encontra em: NEGRI, LAZZARATTO (1991), HARDT (1995) E COCCO (2000). Nesse texto daremos especial atenção a reflexão de Cocco, principal divulgador do pensamento autonomista franco-italiano no Brasil.

<sup>3</sup> A referência a Haddad se justifica por ser a sua reflexão acerca dos limites do “paradigma da produção” bastante bem centrada na questão das distinções entre as diversas formas do trabalho na atualidade. (HADDAD, 1996).

com o trabalho *sans phrase* de Marx. Por fim, a consequência bastante comum de todos esses raciocínios é ver o fim da sociedade de classes pertinente ao “antigo paradigma”. Nada – de objetivo - unificaria os envolvidos com a inovação científica, com a produção cultural ou com a gestão política, e o universo dos meros trabalhadores<sup>4</sup>.

Sobejamente conhecidas são as motivações históricas desse movimento teórico de desconsideração do trabalho indo das transformações tecnológicas negadoras de trabalho vivo (pelo menos de várias de suas modalidades) às derrotas político-econômicas da classe trabalhadora desde a crise do fordismo, passando pela emergência dos movimentos sociais das chamadas minorias e pela crise ideológica do projeto socialista - que começa antes mas atinge o ápice com a falência dos chamados socialismo reais.

É nossa tese que, na falta de uma maior precisão conceitual, as teorias críticas à ordem dominante acabam por afirmar um tanto ideologicamente a importância do trabalho e da clivagem de classes (como o denuncia KURZ,1992) sem conseguir responder as teorias mais integradas àquela ordem, que chamavam a atenção para as heterogeneidades de formação, interesses e comportamentos dos trabalhadores, de modo a anunciar, aqui e ali, a morte da classe trabalhadora, do conceito de classes sociais e/ou da luta de classes como motor da história<sup>5</sup>, antecipando as teses do fim da centralidade do trabalho do período atual, que, curiosamente, apresentam argumentos bastante semelhantes mesmo que partindo de conjuntura bem diversa..

De fato, essa falta de precisão conceitual vem desde Marx. Por diferentes razões, não há nesse autor um único e claro conceito de trabalho, mesmo sendo este o ponto de partida ontológico mais que meramente metodológico de suas análises - uma vez que ele põe – objetivamente – o capital e o próprio ser do homem<sup>6</sup>.

Na grande obra da maturidade – O Capital -, Marx parte da mercadoria como categoria base (organizadora) do sistema, mas não diz como chegou a ela. Por mais que se diga ali, mais de uma vez, que o importante é ver que só numa determinada sociedade é que os produtos do trabalho humano chegam à forma mercadoria - logo o fundamento da forma da sociabilidade mesma está no trabalho -, essa mensagem perde importância (principalmente pra quem desconhece o Marx “jovem”) *vis a vis* ao papel do trabalho por trás (secundariamente, portanto) dos valores e dos preços das mercadorias (o que justificará uma certa leitura de Marx como “um ricardiano maior”).

Assim, não há n’O Capital um capítulo para “O trabalho” como há para “A mercadoria” e o conceito de trabalho não é tão bem definido como o é o de mercadoria. Compreensível se pensarmos que o trabalho que é central em Marx o é em sua negatividade de “trabalho alienado” no e para o capital. Assim sendo, a definição mais precisa que nos dá Marx para o trabalho é a de que ele é “condição eterna do homem”, atividade de transformação da natureza que inclui um projeto prévio (que nenhum ser natural é capaz). O

---

<sup>4</sup> Sobraram as teses que, mesmo apostando na unidade de classes e (revolucionária!), não acreditam que esta viria de nenhuma objetividade fundada nas categorias econômicas. Falamos das teses tão em voga de Antonio Negri que defendem no lugar destas (categorias objetivas) o confronto entre subjetividades remetido exclusivamente à esfera política. Vide NEGRI, 2002.

<sup>5</sup> Serve de exemplo as teses Nisbet (1959) apontando para o fim das classes sociais uma vez que: a difusão e a desestruturação do poder político (indo além dos comportamentos regidos pelo pertencimento a extratos sociais rígidos), o aumento do setor terciário (onde também se perde limites de definição de classes), e a elevação do nível de renda (que também torna menos rígida as diferenças dadas pelo comportamento do consumo) retomadas mais tarde por Clark e Lipset (1991) quase nos mesmos termos. De fato, ainda no período de prosperidade do capital foi somado a estes argumentos os dos diferenciais de escolaridade como retirando indivíduos de seus vínculos de origem e ainda a emergência de diferenciais culturais simbólicos reforçadores de indenticidades cujos referenciais em nada lembram a inserção produtiva segundo os cânones do marxismo.

<sup>6</sup> O que significa dizer que, na perspectiva de Marx, o modo como os indivíduos se organizam para produzir a riqueza social não remete a nenhuma natureza que lhes seja peculiar, mas à historicidade das formas de sua sociabilidade como espécie. Marx, não colocará o trabalho como "conduta do homem", ou como "exercício da vontade dos indivíduos" (como uma relação entre a personalidade e as coisas, na qual o fundamental é o direito de propriedade que se estabelece nela). Não existe homem, não existem indivíduos que sejam anteriores ao trabalho (muito menos propriedade). Radicalizando o argumento, diríamos que o homem é fruto do trabalho. "O fator que envolve essa forma peculiar de diferenciação (isto é, o fator que reformula a relação entre parte e todo da seguinte maneira: homem, parte específica da natureza) é a "indústria", a "atividade com finalidade", a "atividade essencial da vida". Nesse sentido, o conceito de atividade (trabalho) é logicamente (e historicamente) anterior ao conceito de homem". (MÉSZÁROS, 1981:112)

trabalho é, desse modo, *relação de mediação entre sujeito e objeto do carecimento* (MARX, 1986) - que transforma a forma originária (primitiva) na qual um se põe diante do outro numa relação de antagonismo, um contra o outro.

Esse raciocínio onde o sujeito se afirma (e vive) com a negação, supressão ou consumo do objeto, se não permite uma conceituação muito precisa do que seja o trabalho, permite uma visão desse como processo não apenas *produtivo* (de coisas) mas *formativo* (do homem). Uma vez em ação o sujeito do consumo destrutivo, como sujeito do trabalho, opera-se uma transição da "consciência meramente desejante" (individual e limitada) para a "consciência trabalhante"<sup>7</sup> (coletiva).

O dito acima implica em que o objeto não é mais posto pelo mero carecimento ou desejo, nem o sujeito se afirma apenas no consumo do mesmo. O objeto é transformado, sofre a ação do sujeito que, se o nega de uma forma, coloca-o sob outra forma, de *um outro objeto*. Este é, agora, mais permanente que antes, permanece na atividade do trabalho: ao fazer, ao planejar, ao procurar conhecer as propriedades do objeto, ao emprestar-lhe usos, ao empregá-lo em nova transformação. O objeto é agora decomponível, a *consciência trabalhante* o decompõe ao produzir uma dissociação entre forma e conteúdo. Nessa dissociação mora o hiato temporal e a internalização de um registro temporal - a partir desse hiato primeiro entre desejo e consumo envolvido na relação de trabalho - é múltipla e irá determinar: 1) a separação no tempo (que tem de se realizar idealmente antes mesmo de se realizar como efetividade) entre a antevisão do que deve ser feito (idealização da forma) e a ação sobre a matéria (materialização da nova forma); 2) a duração efetiva do processo de trabalho no tempo, que só assim ganha determinação, densidade, "peso"<sup>8</sup>; 3) a avaliação, por meio do tempo (de duração X de produção/conservação), dos instrumentos de trabalho, frutos do fazer humano, que se interpõem entre a mera carência e a sua satisfação; e 4) a alteração das formas técnicas (e, consequentemente, sociais) de produção, que dão ao passar do tempo, crescentemente, os contornos de "história". Em suma, é trabalho toda a atividade humana instalada no hiato entre carecimento e satisfação.

A par de toda essa reflexão mais abstrata acerca do conceito de trabalho, podemos voltar ao mundo real e ver como ela ajuda a entendê-lo. Na dimensão mais aparente é evidente, ao longo dos anos, que o capitalismo transformou, e continua a transformar, inúmeras atividades humanas (artísticas, políticas, científicas, culturais) - antes fora do processo produtivo mercantil - em mercadorias. Isso não significa apenas que uma obra de arte, uma missa, ou um serviço de organização de algum poder - que antes eram produzidos para o consumo próprio (ou para o outro, mas este sendo próximo e conhecido, ou seja, uma comunidade determinada) - é agora produzido para o mercado indistintamente; significa também que é produzido sob a mesma lógica (de valorização) e sob as mesmas regras gerais - de racionalidade técnica - que valem para todo e qualquer produto.

Tratam-se de carências surgidas das necessidades criadas pela produção capitalista - de dominação cultural (como mostraram os frankfurtianos), de gestão política da acumulação econômica e das contradições sociais (como evidenciaram os regulacionistas), e de produção de conhecimento - onde estas necessidades estão longe, e já bastante mediadas, dos objetos primários das carências humanas. Tais necessidades já então derivadas da decomposição do objeto, onde o trabalho recria, desdobra, novos objetos que, como dissemos anteriormente, se tornam mais permanentes, pois não cessam de participar de novos processos produtivos.

Descobrir o que ainda é objeto de uma produção antiga (artesanal ou pré-capitalista) e colocá-las sob a lógica do capital nos parece ser a tônica do capitalismo desde sempre. Isso implica que não se trata só de revolucionar permanentemente as bases técnicas e perseguir a produtividade máxima na produção de cada

---

<sup>7</sup> Vide a esse respeito ARANTES, 1981:184.

<sup>8</sup> A respeito da "densidade particular" que o tempo ganha para aquele que trabalha, Marx diz: "[No processo de trabalho] além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como *atenção durante todo o tempo de trabalho*, e isto tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais". (MARX,1986:150)

bem ou serviço numa escala micro, mas que se há de fazer de cada bem ou serviço um apoio para a máxima produtividade do sistema ao nível macro. Só assim a racionalidade econômica da lógica capitalista promove o “avanço das forças produtivas”, ainda que em contradição com as bases estreitas - de apropriação – das relações sociais de produção baseadas no trabalho assalariado.

Esse embricamento que vimos atrás como tendo a ver com os processos abstratos de decomposição do objeto e de desdobramento dos significados do tempo uma vez que se desenvolve o trabalho, é o mesmo que se vê com os processos concretos de divisão do social do trabalho, de super-especialização, e sua causa/consequência – super desenvolvimento da produção para o mercado. Por isso Hegel diz que:

"O homem não se fabrica mais naquilo de que carece, isto é, não carece mais daquilo que se fabricou. Com efeito, o objeto fabricado, em lugar de (ser) a realidade da satisfação de seus carecimentos torna-se apenas a possibilidade dessa satisfação. Seu trabalho torna-se trabalho *formal, abstratamente universal*, trabalho singular. O homem limita-se no trabalho a (satisfazer) um de seus carecimentos, que permuta em troca daquilo que é necessário para (satisfazer) seus outros carecimentos. Seu trabalho tem por finalidade *o carecimento como um universal* - portanto, tem por finalidade a abstração de um carecimento -, mas não *seu* carecimento. Assim a satisfação da totalidade de seus carecimentos é o (resultado do) trabalho de todos" (HEGEL, apud ARANTES,1981:189)

Ou seja, produzimos todos para todos!

Agora, se a produção desse *carecimento universal* está sob comando do capital, por mais que essa expansão dos carecimentos (e a co-responsabilização pela produção de sua satisfação) faça crescer o potencial criativo dos homens - incluindo aí, o potencial de consciência desse poder de se auto-criar, que é o que esperava Hegel -, além desse significado ficar parcialmente encoberto (a alienação que denunciava Marx), ele está também subordinado à lógica da acumulação que diz que só é produtivo o trabalho que gera valor, ou seja, que está subordinado e subsumido ao capital.

Quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas, dizia Marx, mais é “*a combinação da atividade social que se apresenta como produtora*” (MARX, 1986). Ocorre que, nos nossos dias, entender as distintas formas de trabalho – multiplicadas e subjugadas pelo capital – como fazendo parte desse grande universo de uma atividade social comum - trabalho abstrato – não é pretensão sequer do pensamento crítico, quanto mais da consciência dos demais. Isso se passa de tal modo que, de um lado, cresceram em complexidade e em número os obstáculos impostos pela dominação do capital ao crescimento dessa consciência<sup>9</sup>, e, de outro, multiplicaram-se as teorias que enxergam as “atividades” mais relacionadas ao intelecto – produtoras de conhecimento, de informação, de símbolos - como configurando uma experiência outra que não o trabalho.

Assim, fica patente a necessidade de comprovarmos, ainda mais uma vez, que os trabalhos mais complexos, mais inventivos e criativos, mais ligados à inovação, mais densamente articulados a outros, podem ser reduzidos (e o são pelo capital!) à sua forma mais simples – de trabalho abstrato – passíveis de mecanização e automação<sup>10</sup>, uma vez comprados e subsumidos pelo capital.

## **Sessão 2 – Da materialidade, da homogeneidade e da identidade entre as atividades do intelecto e o trabalho abstrato**

---

<sup>9</sup> E, num certo sentido, as análises críticas acabaram se centrando nestes aspectos (em geral relativos a indústria cultural e o seu papel na dominação das massas) desde a escola de Frankfurt, ainda que com algumas exceções, como, por exemplo, Frédéric Jameson. (JAMESON, 1987).

<sup>10</sup> Antes de entendermos mecanização como substituição do trabalho humano pela ação da máquina, há que entendermos mecanização como processo que torna mecânicos os movimentos ou as atividades humanas, ou seja, estes têm que ter se tornado muito simples, iguais e repetitivas para serem depois copiados pela máquina. Por fim, ao nosso ver, isso vale para as ações do corpo e para as operações do cérebro (antes da linguagem binária o computador teria sido impossível!).

Desde os primórdios do capitalismo – e da sua tradução científica na economia política (Smith, Ricardo e Marx) e ideológica no protestantismo e liberalismo (Weber) - o trabalho aparece como o fundamento de toda a riqueza social. Desde então, e na visão arguta de Adam Smith, a divisão do trabalho e a especialização das tarefas uma vez acionados pela expansão das trocas não parariam de gerar efeitos cumulativos sobre esta expansão, o que faria com que a divisão do trabalho alcançasse mesmo as tarefas mais complexas realizadas pelos homens, as torna cada vez mais simples e substituíveis por máquinas.

Assim é que Smith dá muita ênfase ao fato de que o progresso técnico (no sentido largo de incorporação de novas formas de organização do trabalho e/ou novos instrumentos de produção) e a invenção de máquinas, são, como as demais formas de trabalho, tarefas simples originadas da divisão do trabalho. Diz ele:

“... a invenção de todas essas máquinas que tanto facilitam e abreviam o trabalho parece ter sua origem na divisão do trabalho. As pessoas têm muito maior probabilidade de descobrir com maior facilidade e rapidez métodos para atingir um objetivo quando toda a sua atenção está dirigida para este objeto único, do que quando a mente se ocupa com uma grande variedade de coisas. Mas, em consequência da divisão do trabalho, toda a atenção de uma pessoa é naturalmente dirigida para um único objeto mais simples. Eis por que é natural podermos esperar que uma ou outra das pessoas ocupadas em cada setor de trabalho específico logo acabe descobrindo métodos mais fáceis e mais rápidos de executar seu trabalho específico, sempre que a natureza do trabalho comporte tal melhoria.”(SMITH, 1983: 44/5)

Ao que, irá acrescentar, que o desenvolvimento da divisão do trabalho leva à constituição de firmas voltadas, única e exclusivamente, à produção de insumos intermediários e máquinas industriais. Desde então, “nem todos os aperfeiçoamentos introduzidos em máquinas representam invenções por parte daqueles que utilizavam essas máquinas. Muitos deles foram efetuados pelo engenho dos fabricantes de máquinas, quando a fabricação de máquinas passou a constituir uma profissão específica; alguns desses aperfeiçoamentos foram obra de pessoas denominadas filósofos ou pesquisadores, cujo ofício não é fazer as coisas, mas observar cada coisa, e que, por essa razão, muitas vezes são capazes de combinar entre si as forças e poderes dos objetos mais distantes e diferentes. *Com o progresso da sociedade, a filosofia ou pesquisa torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas. Como qualquer outro ofício, também esse está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona economia de tempo. Cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico*” (SMITH,1983:45) (Itálicos nossos).

Smith antecipou assim o que viria a ser a linha de montagem fordista, que não poupou os escritórios, os laboratórios, os institutos de pesquisa ou as universidades, mesmo sendo estes espaços os responsáveis pela criação da inovação no sistema. E isso porque já antecipava que inovação não é só ruptura, disrupção, mas também domesticação do novo e, desse modo, sua futura rotinização e a mecanização.

Pode até ser que essa mecanização das tarefas não tenha ainda atingido, e nunca mesmo atinja, nos escritórios, nos centros de pesquisa, ou nos laboratórios, os índices que atinge nas fábricas. Mesmo assim, também aí cresce a super divisão e especialização do trabalho. Segundo a pesquisadora brasileira Beatriz Couto, é isso mesmo o que ocorre

“..entre os membros da equipe através da ocorrência de um produto caracterizado por um grau elevado de padronização dos conteúdos; do emprego de rotinas controladas ou de excesso e remanejamento frequente dos profissionais encarregados de sua execução; do monopólio exercido por indivíduos no topo da hierarquia da equipe sobre as etapas de financiamento, concepção e divulgação do produto entre as instâncias de legitimação cultural”.(COUTO, 1995:3)

Se a mecanização começou por atingir nas fábricas nos tempos do fordismo/taylorismo apenas as tarefas mais simples e destituídas de conteúdo intelectual, isso foi também fruto de uma divisão do trabalho. Ou seja, apenas o processo de mortificação – pois se trata fundamentalmente de transformar em trabalho morto o potencial criador do trabalho vivo - começou pelo trabalho manual; uma vez mecanizado este, é a vez daquele. Assim, se no pós-fordismo, o conhecimento do trabalhador do chão de fábrica volta à cena (o que encanta tantos pesquisadores<sup>11</sup>), para então ser plenamente subsumido, o conhecimento dos trabalhadores das burocracias, dos escritórios, das universidades, das produtoras cinematográficas, enfim os trabalhadores intelectuais em geral, também o vem sendo. Como comenta Beatriz Couto que há anos acompanha esse processo..

“... se aquilo que historicamente foi o trabalho manual está se intelectualizando, também o que sempre foi trabalho intelectual está se proletarizando no que diz respeito à organização da sua produção através do que podemos chamar de um taylorismo ampliado (...) A primeira tendência foi observada por DOMINELLI e HOOGLVELT (1996) no contexto universitário inglês, quando evidenciaram a taylorização do trabalho intelectual e a sua aproximação tendencial dos métodos de organização antes reservados ao trabalho manual”(COUTO, 1999:88)

Isso significa que vale para o trabalho intelectual o que vale para o trabalho manual: também existem elementos nele que são mais facilmente materializáveis e mecanizáveis que outros, se se começa pelos primeiros, pode-se dizer que hoje já se chega aos segundos. Quer dizer, os elementos mais dificilmente materializáveis só serão foco dos ganhos de produtividade superada a rigidificação das linhas de montagem ainda herdadas do fordismo, o que não significa que seja o fim, para esses trabalhos, de toda a forma de rotinização, simplificação e mecanização próprios à sua necessária subordinação ao capital.

Assim é que muito já se domesticou o trabalho intelectual, pois como diz Bourdieu:

“O desenvolvimento de amplas unidades coletivas de produção (não somente no âmbito do rádio, da televisão, do cinema, do jornalismo, mas também da pesquisa científica) e o declínio correlato do artesanato intelectual em favor do assalariado, envolve uma transformação da relação que o produtor mantém com seu trabalho, das representações que possui acerca de sua posição e de sua função na estrutura social, bem como das ideologias estéticas e políticas que professa. Um trabalho intelectual que se realize coletivamente no interior de unidades de produção diferenciadas e muitas vezes hierarquizadas técnica e socialmente e que depende, em ampla medida, do trabalho coletivo, passado ou presente, e de instrumentos de produção dispendiosos, acaba por desvencilhar-se da aura carismática que envolve o escritor e o artista tradicionais {e o cientista e o pesquisador}, pequenos produtores independentes, senhores de seus instrumentos de produção, que mobilizam em sua prática apenas seu próprio capital cultural, percebido como dom de graça” (BOURDIEU, 1982:153)<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Não que discordemos da existência de diversas possibilidades positivas advindas desse retorno da criatividade, do conhecimento nos tempos da “acumulação flexível. Mas se elas estão presentes isso não se deveria apenas à dimensão micro desse trabalho. Por exemplo, o otimismo que acompanha as análises de Piore e Sabel (1984) não diz respeito exclusivamente à requalificação do trabalho no interior de cada fábrica, mas às transformações outras a esta relacionadas, como o barateamento dos meios de produção, a crescente importância das economias de escala espaciais (de um conjunto de empresas e não no interior de uma única), etc. Ou seja, não há porque ser otimista a princípio com o avanço das forças produtivas sem considerações mais gerais sobre o atual estado das artes das relações sociais de produção.

<sup>12</sup> Ou também WEBER apud COUTO, 1999: “Ultimamente, podemos observar diretamente que as universidades alemãs nos amplos campos da ciência evoluem na direção do sistema americano. Os grandes institutos de Medicina ou Ciências Naturais são empresas ‘capitalistas estatais’, que não podem ser administradas sem consideráveis recursos. Vamos encontrar, no caso, a mesma situação predominante sempre que a empresa capitalista entra em cena: a ‘separação entre o trabalhador e o seu meio de produção’. O trabalhador, ou seja, o assistente, depende dos implementos que o estado coloca à sua disposição: portanto, é tão dependente do chefe do instituto quanto o empregado de uma fábrica depende da direção. Pois o diretor acredita, subjetivamente e de boa fé, que o instituto é seu, e que lhe administra os assuntos. Assim, a posição do assistente é, com frequência, tão precária quanto a de qualquer existência ‘quase proletária’ e tão precária quanto a posição do assistente na universidade americana”.

É verdade que não existe apenas esse lado de domesticação – de coisificação e dependência – na expansão das atividades mais intelectuais, que alguns chamarão hoje de “trabalho imaterial” – exigidas pela moderna produção capitalista. De fato, como já dissemos anteriormente, o distanciamento entre objeto do cuidado e atividade que o satisfaz (distanciamento este preenchido por  $n$  objetos materiais, frutos de trabalho igualmente material mesmo que não manual) coloca os homens numa situação de enfrentamento e colaboração uns com os outros donde poderia - e deveria, segundo Hegel e Marx (com algumas diferenças) - sair a consciência que venceria a alienação.

Deixaremos para a última sessão desse texto a questão das possibilidades abertas à consciência política por esse englobamento de todas as formas de atividade intelectual como sendo trabalho, mas justamente antes disso precisamos mostrar se há mesmo esse englobamento. Cumpre assim, mostrar que as especificidades dessas formas não instaura uma diferença radical (e contraditória) com o trabalho simples, desqualificado, alienado de toda sua riqueza.

Tudo começa com o fato de que a produção de signos, de conteúdos e formas comunicacionais, de linguagens, de raciocínios, de conceitos e de lógicas, de dados os mais simples e informações as complexas, não parece - para muitos dos pensadores desses temas – uma produção humana como outra qualquer, comungando de uma mesma lógica que, se difere significativamente, é muito mais de época para época, de formação social para formação social que no interior destas.

Vejamos o que essas produções - de coisas e de signos – teriam em comum no aspecto mais geral. Segundo Piaget

“(...) *o trabalho coletivo* que conduz a constituição das noções racionais e das regras lógicas é *uma ação executada em comum antes de ser um pensamento comum*: a razão não é somente comunicação, discurso e conjunto de conceitos; ela é primeiramente sistema de operações, e é a colaboração na ação que conduz à generalização operatória.(...) Não se poderia assimilar o ‘universal’ ao coletivo senão por referência a uma cooperação no trabalho material ou mental, isto é, a um fator de objetividade e reciprocidade que implica a autonomia dos parceiros e permanece estranho à coação intelectual das representações sócio-mórficas impostas pelo grupo inteiro ou por algumas de suas classes sociais” (PIAGET, 1973:82) (Itálicos nossos)

Também numa linha mais empírica, as pesquisas de Simon (1980) sobre a inteligência artificial apontam para as similaridades que ocorrem entre a montagem de um sistema de aprendizado nas máquinas e nos homens. Podemos dizer com Simon que nós, de maneira sintética, processamos informações do mundo exterior “amarrando-as em pacotes” (ou estabelecemos entre elas regras gerais, como diria Piaget), o que nos facilita a resolução de problemas, uma vez que passamos a procurar soluções de questões semelhantes entre si no mesmo campo. Pois é isso que os computadores estão aprendendo a fazer: selecionar um campo para a pesquisa de determinadas questões antes de tentar toda e qualquer combinação de dados.

De modo geral, a sofisticação dos procedimentos que tem lugar nos computadores tem tanto a ver com a super velocidade que estes podem operar uma infinidade de tentativas e erros, como com a programação das máquinas para registrarem “ambientes”. É o que ressalta Simon, ao mostrar que é a crescente consciência dos aspectos procedimentais da racionalidade humana que fazem com que hoje seja menos freqüente que homens ou máquinas construam “previsões independente dos processos”..

Todo esse desenvolvimento da inteligência artificial tem como guia as demandas que se fazem sobre o pensamento, a ciência, ou o trabalho intelectual em geral. Se, de fato, não é de hoje que a ciência e a técnica estão a serviço do capital, é recente que o *leit motiv* do desenvolvimento técnico-científico – o “identificar e o solucionar problemas” (REICH, 1994) – seja o guia do processo de adição de valor. Como diria Cocco, o maior divulgador das teses do “trabalho imaterial” entre nós, “a comunicação torna-se produtiva, o nexa fundamental do processo de socialização da produção” (COCCO,2000:112).

A questão que se impõe é então que: ou a comunicação e a linguagem configuram um paradigma novo (Habermas), ou cabem ainda no paradigma da produção. Fernando Haddad e Giuseppe Cocco respondem bem, para os nossos propósitos a essas duas perspectivas. Se, para Cocco as referências específicas às formas do trabalho intelectual podem se homogeneizar sob o conceito de trabalho (“imaterial” nos seus termos), para Haddad essas referências são inconciliáveis no interior de uma mesma perspectiva cognitiva-instrumental.

Começemos por Haddad. Ao mesmo tempo crítico e seguidor de Habermas, este vê o trabalho como tendo um papel paralelo ao da linguagem. Uma vez que, “*no contexto do capitalismo superindustrial, é a linguagem e não o trabalho que emancipa*” (HADDAD, 1996:62)(itálicos do autor), “o paradigma da produção” tem ainda uma serventia: “ele ensina as pessoas realmente interessadas num projeto de emancipação a distinguir (...)com quais atores sociais deve buscar o entendimento e com qual se deve adotar uma postura estratégica” (HADDAD, 1996:62).

Segundo sua visão, quatro grandes classes estariam no centro dessa construção: a classe dominante, a classe dos agentes inovadores, a classe dos trabalhadores e a classe dos desclassificados; as relações entre elas deveriam ser analisadas levando-se em conta a “esfera cultural de valor” - um fator normalmente esquecido pelos analistas para entender as relações de empatia que as unem duas a duas; para abranger essa esfera ele sugere que os estudos acompanhem o que acontece no “nível cognitivo-instrumental”, no “nível prático-moral” e no “nível estratégico-expressivo” (HADDAD,1996:59 e seguintes).

Assim sendo, o âmbito da produção material teria ainda um papel a desempenhar numa teoria da consciência de classe não idealista, mas trata-se de um âmbito reduzido, pelo próprio Haddad, ao núcleo da teoria da coisificação de Lukács.

“Minha análise (...) pretende enfrentar a questão de como os indivíduos, em virtude de constrangimentos sistêmicos, carregam consigo uma visão muito fortemente condicionada por sua situação de classe, seja qual for a esfera cultural de valor em que se pronunciem. Este núcleo da teoria da coisificação de Lukács deve ser mantido”. (HADDAD, 1996:62)

E, nesse ponto, é já interessante fazermos uma contraposição, uma vez que, em Cocco, ao contrário, é o âmbito da produção material que cresce de tal modo a tornar produtivo (para o capital, mas também em geral) todo e qualquer recurso individual ou coletivo antes considerado subjetivo ou pelo menos não materializável. Desse modo, a coisificação não é mais fruto de uma experiência primeira que condiciona, ou “prejulga”<sup>13</sup> todas as demais. Desse modo, ela perde assim seu significado exclusivamente negativo, uma vez que, o momento da alienação é também de exteriorização de algo que não se conhecia por não estar visível ainda de todas as formas. A cooperação social não era visível para os trabalhadores contemplados individualmente por seu esforço individual (é aí que mora o fetiche), e mesmo para o capitalista ela só era visível na forma da mais-valia obtida ao final do processo.

Ora, se é verdade que quando o trabalho é tornado dispensável em sua dimensão física (de força e de tempo) individual - e apenas mediatamente social (mediação esta feita pelo capital que dirige e coordena a cooperação) - ele não o é em sua dimensão imediatamente social, então ele não pode ser de todo desvalorizado<sup>14</sup>! E, de fato, o capital não desvaloriza *todo o trabalho*, tanto que ele supervaloriza o trabalho do conhecimento.(o que irá confundir Haddad, como veremos). Só que ele precisa dar a este uma forma individual, que é a única compatível com a lógica do fetiche e da própria apropriação. Como vimos anteriormente, o problemático mesmo é quando a própria crítica do capital desvaloriza o trabalho dizendo

---

<sup>13</sup> Como reza a interpretação de Haddad (via Habermas) da teoria lukasiana: “a forma de objetividade dominante na sociedade capitalista prejulga as relações com o mundo, a maneira como os indivíduos dotados de linguagem e de ação se referem a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo próprio de cada um”. (HADDAD, 1996:62).

<sup>14</sup> Quando falamos em “des” e “sobre” valorização, pensamos tanto nos aspectos cultural e ideológico, como no puramente econômico, da precificação dos “fatores” mesmos.

que este não desempenha mais papel central algum, que ele não é mais uma categoria social relevante, que o paradigma da produção está vencido.

Arriscando uma síntese acerca das teses de Cocco, diríamos que o que ele faz é acreditar numa valorização de todo o trabalho via *general intellect* (ou “publicização do intelecto”) que é feita pelo capital mas pode ser feita também pelos trabalhadores que se descobrem sujeitos desse processo. O “trabalho imaterial” seria assim uma noção unificadora de todas as formas de trabalho que fariam igualmente parte de uma “intelectualidade pública”<sup>15</sup>.

“A noção de trabalho imaterial pode levar em conta o novo valor de uso das forças de trabalho, não apenas na sua qualidade de assalariados, mas também a partir da forma geral da atividade de todo sujeito produtivo da sociedade pós-industrial. Ela engloba tanto o operário qualificado cuja personalidade se tenta controlar quanto o conjunto das figuras sociais (trabalhadores precários, desempregados, jovens operários, estudantes, estagiários) que constituem a virtualidade do paradigma produtivo baseado na comunicação. Tempo de vida e tempo de trabalho do trabalhador imaterial constituem uma única e mesma realidade cuja dimensão social é aquela que Marx chamava de *General Intellect* e que nós chamamos de intelectualidade pública”.(COCCO, 2000:109)

De nossa parte, acreditamos que trata-se de uma aposta cujas determinações não estão postas, ainda. Cocco aposta que sim, que já estão postas as condições para uma “reconcretização do trabalho por meio da mobilização das condições gerais de sua mobilização”, dado que,

“a constituição da autonomia que caracterizou o pós fordismo ao longo de uma reestruturação industrial [que] é antes de tudo, uma rearticulação organizativa em que o trabalho terá novas funções de coordenação e monitoramento, tarefas que amplificam aquela inteligência prática já presente no trabalho de execução sob forma de expressão da autonomia operária.” (COCCO, 2000:114)

E ainda que,

“O trabalho imaterial qualifica-se como forma de ação que consegue atualizar a virtuosidade geral acumulada pelo conjunto das redes de cooperação produtiva, nas quais o sistema técnico das redes informáticas e de telecomunicações constitui um elemento essencial, mas não substitutivo da realidade social e comunicativa que o pressupõe”. (COCCO,2000:115)

De fato, essas teses poderiam nos parecer demasiadamente abstratas se não conhecêssemos outros aspectos absolutamente importantes da reflexão do autor, mais precisamente a aposta no território como *locus* de articulação daquelas redes de cooperação<sup>16</sup>. Mas mesmo levando em consideração a questão do território - que viabiliza na prática aquela recomposição do trabalho -, muito precisaria ser feito para que superássemos os “dispositivos da acumulação e do comando” capitalista. Isso porque, como o próprio Cocco reconhece,

“...a virtualidade produtiva das relações sociais de cooperação que marca o pós-fordismo encontra-se cada vez mais desvirtualizada nas dinâmicas que misturam os dispositivos disciplinares da fábrica em aparelhos sociais de controle. É no marco da subsunção real da vida e de sua potência ao poder de controle do capital que se afirmam os novos paradigmas. Um controle um tanto tautológico, mas nem por isso menos eficaz”.(COCCO,2000:117)

Mas antes que possamos seguir nessa direção e possamos fazer as nossas própria considerações sobre o poder de fogo das articulações sociais dos trabalhadores *vis-à-vis* o poder do capital, precisamos resolver ainda quais as bases dessas articulações.

<sup>15</sup> Além dos já citados NEGRI, A e LAZZARATO, M., 1991, vide também o conceito de “intelectualidade pública” em VIRNO, 1995.

<sup>16</sup> Aposta esta bastante condicionada pela realidade europeia vivenciada pelo autor e por seus pares mais próximos.

Devemos voltar então a Haddad. Ao passo que Cocco acredita numa unificação da classe dos trabalhadores por meio da imaterialidade de seu trabalho que superaria todas as divisões<sup>17</sup>, Haddad vai justamente refazer os conceitos daquelas divisões para que se defina um caminho que contemple, como ele diz: com quais atores sociais se deve buscar o entendimento e com quais se deve adotar uma postura estratégica.

Haddad se referencia no ensaio de Ruy Fausto “Sobre as classes” (FAUSTO, 1987), cujos eixos lhe servem para colocar a questão da divisão das classes nos seguintes termos:

“A primeira questão remete ao problema de saber até que limite um trabalhador qualificado pertence à classe dos trabalhadores assalariados. A segunda questão consiste em saber se este conceito de trabalhadores assalariados compreende tanto os trabalhadores improdutivos, interiores e exteriores à produção, quanto os trabalhadores produtivos. A terceira questão consiste em pesquisar até que ponto o proletário despossuído dos meios de produção, do ponto de vista da sua atividade ou inatividade, ou seja, do seu emprego ou desemprego, mantém sua condição de trabalhador”. (HADDAD, 1996:31)

Não poderemos nos deter aqui nos pormenores dessa construção, até por se tratar de uma construção complexa que abarca desde “aspectos lógicos da teoria das classes” (título da primeira seção do seu primeiro capítulo), a aspectos da dinâmica capitalista recente (segunda seção), e outros de natureza mais política (terceira e quarta seções); mas, para os propósitos da nossa própria reflexão é suficiente nos centrarmos na sua primeira questão, pois é dali que surge a maior novidade: a afirmação de que os agentes inovadores do sistema conformam uma classe à parte dos trabalhadores. Alguns dos argumentos de que lançaremos mão, contudo, acabam por “respingar” nas outras duas questões.

Ao analisar a incorporação da ciência como força produtiva, Haddad não concluirá, como Cocco (e, até certo ponto, como nós mesmos) pela emergência de uma “intelectualidade em geral”, muito pelo contrário. O portador do conhecimento aparece em suas análises como um indivíduo (e não uma comunidade) e o seu fazer científico como uma atividade (e não um trabalho), à medida em que esse seu fazer vai muito além do que se poderia considerar como um trabalho qualificado. Segundo o autor, os critérios para distinguir uma atividade inovadora de um trabalho qualificado seriam quatro. Vamos analisá-los um a um.

“Em primeiro lugar, a atividade inovadora não tem relação com o tempo de trabalho, embora exercida “durante” o tempo. (...) o agente inovador, ao contrário do trabalhador qualificado, não tem jornada de trabalho. Ele pode até ser obrigado a ‘bater o ponto’, para efeitos legais, mas a rigor não tem jornada fixa. Isto só é possível porque os agentes envolvidos com o processo de inovação exercem atividades de cunho teórico abstrato, dos técnicos até os cientistas, passando pelos engenheiros. Suas atividades incomodam-lhes o sono, perturbam suas férias, etc. o que não significa que não sejam prazerosas. (...) Esses agentes inovadores não levam trabalho para casa. O ‘trabalho’, de certa maneira os acompanha. Se o trabalhador simples, regra geral, vende ao capital a sua força física e o trabalhador qualificado, sua força mental, os agentes inovadores vendem sua força anímica.”( HADDAD, 1996:32)

Uma resposta mais geral da nossa parte seria dizer que muito do que Haddad diz valer para o que faz o agente inovador, é válido também para o que fazem inúmeros trabalhadores hoje; tanto que é cada vez maior o número daqueles que não tem jornada de trabalho fixa. O que torna muitas jornadas flexíveis,

---

<sup>17</sup> Da divisão marxiana entre trabalho produtivo e improdutivo às divisões típicas do fordismo e do taylorismo. Ou de modo mais preciso: “Se a sociedade inteira participa da produção de riqueza e se é cada vez menos possível distinguir as fases de produção e de consumo, o tempo de trabalho do tempo e vida, necessitamos então de conceitos novos que não fiquem presos ao tradicional dualismo que separa trabalho intelectual e trabalho manual, nem na sua versão atualizada, de tipo gorzeano e/ou habermasiano, a da separação entre a lógica instrumental (material-funcional) e o agir comunicativo (imaterial). De certa forma, esse dualismo está presente quando as transformações do pós-fordismo são descritas sob o ângulo da primazia do consumo. Assim, podemos ler que ‘se percebe que o ponto a partir do qual se armam os fragmentos da sociedade civil traslada-se do plano do trabalho para o plano do consumo’”. Idem, p.104. Na passagem, Cocco está citando José Artur Giannotti; o mesmo raciocínio não se aplica a Haddad.

parciais e outras mais que flexíveis, precárias, é que, à diferença de uma elite - instável quantitativa e qualitativamente – que tem um contrato que reconhece que o tempo “livre”, de lazer ou de estudos, é também produtivo para o capital, os demais contratos, não! Logo, também é verdade que estes trabalhadores não tem jornada! Os patrões também exigem deles cada vez mais estudo, cada vez mais capacidade de raciocínio abstrato, inventividade, etc, atributos e/ou aprendizados cuja produção e aplicação, dentro ou fora do espaço e do horário de trabalho, é dificilmente identificável.<sup>18</sup>

Do mesmo modo, tanto um pesquisador de alto nível, quanto um catador de papel, sentem desprazer quando perdem o sono porque não têm segurança quanto à durabilidade de seus contratos ou mesmo quanto ao seu potencial (particularmente em comparação com os novos ingressantes)<sup>19</sup>. E sentem, ambos, prazer quando perdem o sono “trabalhando” em algo novo que trará reconhecimento social, seja do patrão ou dos acionistas (no caso do engenheiro e dos outros), seja da comunidade no caso dos catadores<sup>20</sup>. Isso tudo porque as tarefas do trabalho inovativo estão menos relacionadas a desenhar máquinas, a descobrir o genoma humano, ou a executar uma tarefa particular qualquer, do que a “modular, variar e intensificar a cooperação social, isto é, o conjunto de relações e conexões sistêmicas que constituem a base da produção de riqueza” (COCCO, 2000:115). Desse modo, o trabalho “acompanha” a quase todos nos dias de hoje; e qualquer gerente de segundo escalão sabe que tem de fazer *baixar na empresa a alma dos trabalhadores*. A diferença mora em que, enquanto os trabalhadores do andar de baixo devem fazer baixar a alma, sem deixar de baixar cérebro e músculos (a não ser quando as máquinas os dispensam totalmente disto), os do andar de cima já podem baixar só a alma e ainda com os pés para cima<sup>21</sup>.

Passemos ao segundo argumento:

“Em segundo lugar, o padrão de reprodutividade dessa força produtiva guarda mais relação com o antigo virtuose medieval do que com o trabalhador moderno. O processo de reprodução já não é anônimo. A rigor, o tipo ideal de agente inovador é o pós graduado que se submeteu a uma *orientação pessoal* de alguém que detém uma parcela de *conhecimento não totalmente socializado* (saber de fronteira)... Há, por certo, muitos agentes inovadores autodidatas ou que não contaram com nenhum apoio institucional, estatal ou privado. Estes casos, não obstante, tendem a se tornar cada vez mais raros.”( HADDAD, 1996:33)

Mais uma vez o sentido da nossa discordância é que o que ocorre com o trabalho intelectual ocorre com os demais. Algumas páginas atrás vimos que o trabalho intelectual não deixou de ser atingido pela padronização fordista, mesmo que escondida por trás de um nome. O que chama Haddad de “virtuosismo medieval” chamamos nós de um elogio medieval à ação pessoal<sup>22</sup>; que além do mais é falso numa época onde se sabe que as orientações de que se fala têm bem pouca semelhança com o acompanhamento que o mestre dava ao seu aprendiz. A reprodução dessa capacidade de trabalho é ainda anônima (mesmo que

---

<sup>18</sup> Sendo que muitos são os países que registram um número de horas trabalhadas hoje não apenas maior do que o esperado, dado todo desenvolvimento tecnológico, mas também maior do que do que o que se trabalhava no passado. Vide BERNARDO,2000.

<sup>19</sup> Vide as análises de Sennet quanto grupos bastante distintos de trabalhadores em SENNET, 2001.

<sup>20</sup> São particularmente inovadores aqueles trabalhadores do lixo que articulam comunidades inteiras no intuito de garantir-lhes a sobrevivência, com base numa exploração mercantil e não mais com base no assistencialismo. Não estão ausentes dessas experiências de inovação organizativa, alguns elementos de inovação científica associadas ao aproveitamento do lixo. Para tanto, muitas vezes, outros *trabalhadores* (funcionários de ONGs envolvidos com meio ambiente, geração de emprego e renda, etc) devem se engajar no processo, o que não é tão difícil quando muitos desses não tem serventia para o capital. De qualquer modo, a aceitação desse tipo de atividade como inovadora, exigiria uma interpretação que incorporasse uma socialização da produção (e uma intelectualização da população) em geral, que não faz parte da reflexão de Haddad.

<sup>21</sup> Como, conta a lenda, acontece na Microsoft de Bill Gates.

<sup>22</sup> Como coloca Betariz Couto, há que se ver aqui “as representações que o intelectual faz a seu próprio respeito, representações estas expressas na autonomia e no individualismo, pressupostos herdados pelas teorias do conhecimento (sociológicas, epistemológicas) e fatores constitutivos da história da modernidade desde o Renascimento, que fazem obstáculo a uma concepção teórica do trabalho intelectual enquanto atividade produtiva e crescentemente inautônoma” (COUTO,1999:90)

assinada pelo “doutor orientador”), e produzida em série!<sup>23</sup> Apenas aqueles que já chegaram ao pós-fordismo na produção de coisas já chegaram à conclusão que um professor não pode ser substituído por um computador na produção de cérebros (não apenas inteligentes mas sadios). E é por isso que Haddad tem razão ao dizer que as instituições (particularmente as públicas, ao nosso ver) têm um papel importante na qualificação e mesmo na formação do “agente inovador”; um papel, entretanto, que se tem estendido a todo um universo de cidadãos<sup>24</sup>. O que não significa que o tipo ideal de agente inovador seja o “pós graduado”! Isso nos parece tão arbitrário como dizer que ele não deve ter graduação<sup>25</sup>. Por tudo isso, a nossa concepção de “agente inovador” tem menos a ver com a inteligência e a formação do indivíduo, do que com a formação de ambientes propícios, que só são produzidos, por sua vez, através do envolvimento de um outro tanto de trabalhadores que não só os “doutores orientadores”<sup>26</sup>. Só esse ambiente rico e cooperativo explicaria que os inovadores fossem, cada vez menos, autodidatas isolados (meninos rebeldes e sem diploma) e, cada vez mais, trabalhadores de todos os tipos e de todas as áreas.

Na seqüência, Haddad coloca,

“Em terceiro lugar, o rendimento de um agente inovador, apesar da forma que assume, não é, a rigor, salário. Esse rendimento, aliás, guarda algumas semelhanças com a renda fundiária. Da mesma forma que a propriedade fundiária é o outro do capital (seu pressuposto) e a renda fundiária é a contrapartida do monopólio da classe proprietária da terra, a ciência é o outro do trabalho (posto pelo capital) e a ‘renda do saber’ é a contrapartida da posse (oligopolística) de conhecimento relativamente exclusível.(...) O que torna o saber de fronteira, incorporado na tecnologia de ponta, um bem *relativamente* exclusível, é o fato de que o acesso a ele e, portanto sua oferta são, por definição, limitados. Em outras palavras, está-se se defendendo a hipótese de que, sob a superindústria capitalista, a fronteira do saber move-se numa velocidade superior àquela do processo de socialização do saber”.( HADDAD, 1996, p.33)

A reflexão acerca de onde provêm os rendimentos dessa “classe” dos “agentes inovadores” remete à questão: mas estes efetivamente vendem algo? Mesmo em se tratando de um “bem relativamente exclusível”, o “saber” é vendido ou não? Do nosso ponto de vista, essa “alma” é vendida, como o é a “força” dos trabalhadores desqualificados; ou seja: vende-se o seu uso por um determinado tempo (ainda que complexamente medido). A diferença é que, se a segunda se esgota ao ser usada, a primeira, não necessariamente; ou, pelo menos, junto com o esgotamento, pode advir algum enriquecimento. Assim se o trabalhador braçal, sai de mãos abanando ao final de anos a serviço do capital, o “agente inovador” sai carregando consigo o seu “capital humano”. Só que a (re)valorização do “capital humano” no processo de produção – o acúmulo de conhecimentos associado a processos de *learning by doing* - se dá dentro de limites muitíssimo estreitos. Uma estreiteza reconhecida por cada *manager*, CEO ou diretor de P&D que têm sua liderança cotidianamente questionada e disputada pelo conjunto de “jovens promissores” egressos da academia e de outras (e mais inovadoras) empresas (SENNET, 2001).

---

<sup>23</sup> No mesmo sentido da nossa leitura, e no sentido contrário da leitura de Haddad, Dominelli e Hoogvelt (1996) apontam para um a produção tipicamente taylorista na universidade inglesa.

<sup>24</sup> Como de resto, é o que Haddad diz, ao se referir à necessidade que o sistema tem de formar a todos, uma vez que ainda não está disponível uma tecnologia que consiga “determinar com antecedência quais meninos e meninas darão os melhores cérebros”.(HADDAD,1996:45).

<sup>25</sup> Como o sugeriu orgulhosamente um dos grandes nomes da indústria de computadores, Larry Alisson, da Oracle, num discurso para formandos da Universidade de Yale (USA), ao chamar de “perdedores” aqueles que naquele momento se graduavam. Alisson recomendou aos estudantes que fizessem como ele, que nunca terminou uma faculdade. Tal qual Bill Gates. (Revista Exame, 9 de agosto de 2000). Nada orgulhoso da sua não diplomação é Steve Wosniak, da Aple, que só muito depois de ter criado o computador pessoal, se matriculou em um curso de ciências da computação. (CASTELLS, 1999: 44). Há, por certo, agentes inovadores em todas as áreas; o que chamamos a atenção é que se a questão é construir um tipo ideal, o empresário schumpeteriano nos parece mais interessante que o pós-graduado de Haddad.

<sup>26</sup> Como aliás é patente entre os pensadores neo-schumpeterianos que enfatizam a importância dos “sistemas nacionais (e regionais, locais) de inovação”. Vide, por exemplo NELSON, R. R. e WINTER, S. G. (1982).

Em suma: enquanto o “capital propriamente dito” se define justamente pela capacidade de autovalorizar-se no interior do seu próprio circuito, o “capital humano” – como a força de trabalho - se desgasta, e só se mantém valorizado pelo apelo diuturno a um trabalho de atualização/requalificação profissional cujos limites são definidos pelo escasso tempo disponível (no dia, na semana e, mesmo, na vida) de seu “proprietários”. O que significa dizer que este agente não detém propriamente um monopólio, mas uma mercadoria valorizada por sua escassez relativa. A diferença com o monopólio que os capitalistas detém (e não os senhores de terras!) é que o monopólio capitalista é sempre recriado. E isto na medida em que o capital não é meramente (nem propriamente!) escasso. Seu poder se erige sobre poderosas barreiras técnicas e financeiras à entrada que impedem qualquer concorrência por parte de agentes que não possuam mais do que sua capacidade de trabalho (seja ela alavancada ou não por conhecimentos relativamente exclusivos). Por isso, entre outras coisas, os rendimentos dos “agentes inovadores” não devem ser grandes o suficiente para que eles possam (nem pequenos o suficiente para que eles sejam tentados a) bancar o seu próprio negócio.

A comparação dos rendimentos desses agentes com a renda da terra não nos parece resolver em nada a questão - a não ser que se complexificasse essa alusão! De fato, há mais de uma dimensão envolvendo a renda da terra<sup>27</sup>, como concordamos haver mais de uma dimensão daquele rendimento dos “agentes inovadores”; mas se simplificar a questão significa aproximar os rendimentos daqueles agentes dos salários, complexificar significaria aproximá-los dos lucros, como o faz mais que explicitamente Schumpeter.

Por último, o lado mais forte do argumento de Haddad é a hipótese de que “a fronteira do saber move-se numa velocidade superior àquela do processo de socialização do saber”. Tão forte que acreditamos que ela tem reais chances de desbancar a aposta de Cocco, que se baseia justamente na crença de que a socialização de todo saber avança à frente de qualquer saber de fronteira apropriável privadamente. Do nosso ponto de vista, essa hipótese de Haddad é que justifica a natureza monopolista de um certo tipo de rendimento no capitalismo de hoje, mas não aquele dos “agentes inovadores”, e sim de uma parcela do lucro de seus patrões capitalistas. É este monopólio que, incontestado, sustenta uma sobrevida ainda maior a este modo de produção. Essa sobrevida exige, contudo, uma reinvenção das bases clássicas de exploração do trabalho. Ou, como diz Ruy Fausto, o desenvolvimento do capitalismo do século XX exige uma nova “negação de seus fundamentos”<sup>28</sup>. O que nos remete ao último argumento de Haddad, onde ele diz que a “atividade” do “agente inovador” não produz valor ou sequer mercadorias (ao que já adiantamos que: não é que o trabalho desse agente não produza mais valor, é o valor que, sendo uma categoria negada desde o capitalismo clássico, perdeu toda a relação com o sistema de preços<sup>29</sup>), mas sim riqueza. Eis o argumento:

“Em quarto lugar, a atividade inovadora, ao contrário do trabalho qualificado, não produz valor. Marx, (...) declara a ciência fundamento da *riqueza* e não do valor, e identifica a posição do trabalho social na forma da oposição entre capital e trabalho, e não qualquer outra oposição, como o *último* desenvolvimento da relação valor. (...) Sem dúvida, o resultado da atividade de pesquisa e desenvolvimento se incorpora às mercadorias. Mas, ela não é uma atividade produtiva, no exato

---

<sup>27</sup> As questões que envolvem a terra fogem, ainda mais, às nossas competências para que possamos tratá-las aqui. Para um exame mais acurado da questão remetemos o leitor à tese de Maria Heloísa Lenz que complexifica, na linha de Marx (que é já uma ruptura com a teoria da renda da terra de Ricardo) as origens das “várias” rendas da terra. De qualquer modo, podemos mencionar a fato de ser a terra um ativo financeiro, cujos rendimentos nesse aspecto tem uma natureza especulativa, como uma das complexas dimensões da questão que já não permitem àquela aproximação com a “atividade” do “agente inovador”. Vide LENZ, 1981.

<sup>28</sup> “Com efeito, não basta que a lei da apropriação e da troca de equivalentes seja negada (isto já é uma condição de existência do capital na sua forma clássica), é preciso que, tendencialmente, não mais a fundamentação do valor no trabalho no sentido de que a apropriação se faz pelo trabalho, mas o valor ele mesmo, a produção de valor pelo trabalho no seu sentido mais geral, o trabalho produtivo como condição do capital seja negado. Assim, à primeira negação, - negação da lei dos equivalentes e da apropriação de mercadorias – se acrescenta uma segunda, que é, num certo sentido, mas só num certo sentido, uma negação da negação.” (FAUSTO, 1987:278).

<sup>29</sup> A própria reflexão de Ruy Fausto, da qual parte Haddad, nos serviu para ver exatamente isto - que o valor já é uma categoria negada desde o capitalismo clássico! Vide FAUSTO, 1987.

sentido da palavra. *Ela não produz mercadorias*, embora funcione como promotora do aperfeiçoamento do processo de produção de mercadorias.” (HADDAD, 1996:34)

Vejamos primeiramente uma questão que, a rigor, já há algum tempo vinha complicando a argumentação de Haddad (por exemplo, na questão do “pós-graduado”). Ciência e inovação não são de saída a mesma coisa; se são “na chegada” (nos nossos dias) é justamente porque houve todo um processo de aproximação(apropriação) que precisamos reter.

Sem dúvida, para Marx, a ciência – tal como a terra e o maquinário - é fundamento da riqueza, e não do valor. Mas para Marx – tal como para Schumpeter e seguidores, e ao contrário do que parece pretender Haddad – ciência e inovação estão muito longe de se confundir. A ciência corresponde a uma forma *socialmente* constituída e validada de conhecimento. Ela é já, senão o conhecimento rigorosamente universal, pelo menos o conhecimento universalizado entre os inúmeros participantes dos distintos “colégios de cientistas”; que tem a responsabilidade maior de afirmá-los e difundi-los amplamente. Diferentemente, a inovação é um processo disruptivo e desuniformizador que usualmente carece de toda e qualquer formalização e que não se encontra plenamente sistematizado nem mesmo na consciência de seus promotores mais destacados.

Enquanto a ciência se esforça por tornar-se universal, a inovação procura proteger-se o quanto possa, isso porque uma inovação precisa se vender. Daí que uma descoberta científica pode nascer do indivíduo mas procura com fúria o caminho da sociedade, enquanto a inovação pode nascer da sociedade mas só é inovação se for apropriada por uma estrutura privada que a torne mercadoria, visando, desse modo, controlar minimamente seu processo de difusão. Enquanto a ciência se justifica a si mesma, a inovação se justifica social e economicamente, por suas conseqüências na potencialização do trabalho e na criação de valor. Transformação de riqueza em valor é justamente o que caracteriza o capitalismo, e se isso aconteceu com a terra, por exemplo, nos seus primórdios, hoje acontece com a ciência; e só acontece se justamente houver a mediação pelo trabalho.

Senão, vejamos. A ciência riqueza – fruto do acúmulo de diversos períodos históricos, mantida e/ou estimulada pelos governantes, mecenas, ou outros esquemas institucionais (SOLLA PRICE, 1971) e produzida com autonomia - nunca absoluta, mas nunca tão subordinada como no capitalismo atual - pelos homens e mulheres cientistas - deverá ser tornada uma atividade regular, permanente e sob controle dos proprietários das suas condições de produção e dos seus resultados, para se tornar inovação a serviço da valorização do capital (seja ele então mais que imediatamente dinheiro, poder e ou controle). Vejamos, por exemplo, um caso paradigmático citado por Beatriz Couto, da produção da bomba atômica a cargo do “Projeto Manhattan” (de produção da bomba atômica).

“Naquele projeto, os físicos arquivaram o tipo clássico de pesquisador, que pode ser bem exemplificado por Madame Curie, para dotar uma organização coletiva de pesquisa em ciência dura, que serviu posteriormente de modelo para outras áreas que também pareciam, até então, refratárias à coletivização do trabalho. As soluções específicas trazidas pelo Projeto Manhattan foram a divisão interna de trabalho, a adoção de frentes concertadas de pesquisa que se instruíam mutuamente, em tempo real, para atingir um fim comum, a internalização da instância crítica e o trabalho executado sob a direção do Estado para fins últimos não-científicos. (...) O que esta experiência evidenciou empiricamente foi que era possível produzir e direcionar a produção de conhecimento científico, de interesse do governo e da indústria, fosse qual fosse o ramo do conhecimento ou dificuldades propriamente intelectuais”(COUTO, 1999:19/20)

Isso confirma o que dizíamos: que o que os “agentes inovadores” fazem é trabalho, e um dos poucos que ainda tem seu valor reconhecido e afirmado pelo capital, até porque esse *valor-trabalho* presta ainda o serviço de legitimá-lo frente ao conjunto da sociedade (daí a mensagem dada a todos de que se se qualificarem terão oportunidade) - ou seja, ainda se esconde o trabalho de todos por trás do de alguns poucos. Só que tudo isso ocorre num mundo em que parte das mercadorias produzidas pelo capital já não

incorpora trabalho algum, e em que parte dos trabalhadores não consegue valorizar seu potencial produtivo. Isso significa que nenhum trabalho *individual* é mais produtivo, no sentido capitalista de “produtivo” (produtor de valor), e não apenas a “atividade” dos “agentes inovadores”<sup>30</sup>. Novamente o que vale pra estes valeria para todos os demais.

Ou é isto, ou poderíamos ver as coisas ao modo de Cocco: se grande parte das mercadorias não incorporam trabalho concreto, material, aos moldes do passado, é absolutamente impossível projetá-las, produzi-las, transportá-las ou consumi-las, sem a mediação de um trabalho imaterial da qual faz parte o conjunto da sociedade. Assim, o trabalho individual de cada um não é mais produtivo, mas o é o trabalho combinado de todos<sup>31</sup>.

O que esse confronto entre os dois autores mostra é o confronto mesmo entre os processos de socialização da produção (onde se dá a própria produção de riqueza) e de privatização (onde se dá a apropriação do valor). Do nosso ponto de vista, ainda não estão dadas as condições de afirmação de um sobre o outro. Do nosso ponto de vista, é justamente isso que é objeto de uma disputa política e uma disputa que não se dá só pela linguagem (Haddad) e que nem já se resolveu na produção imediatamente socializada de Cocco.

Não podemos afiançar com segurança que a socialização de todo saber avançando à frente de qualquer saber de fronteira apropriável privadamente, isso abre espaço a uma confiança exagerada na lógica do desenvolvimento das forças produtivas no pós-fordismo, como se estas em si e por si, dessem conta da realização daquelas tendências. (Algo como se as práticas da Benetton fossem suficientes - concordamos que elas são necessárias - para caracterizar o modo de produção atual como “modo de produção socializado [onde] formas de organização política e práticas comunicacionais coincidem”<sup>32</sup>).

Do nosso ponto de vista, a questão da disputa entre os processos concorrentes (de socialização e privatização) é que ela é uma disputa política, num sentido que vai além de uma ação econômica que já tenha incorporado a dimensão política, como quer Cocco<sup>33</sup>. Mas não se trata de dar razão ao velho sentido conferido à ação política por Arendt e “re-esquentado” por Habermas como uma “Ética do Discurso” (que acaba por reduzir à produção científica o que Cocco reduz à produção em geral<sup>34</sup>), mas de produzir um novo

---

<sup>30</sup> Este raciocínio também vale para Cocco só que em sentido contrário: é justamente esse aspecto particular – privado mesmo - do trabalho inovativo que impede uma sua socialização mais imediata. Isto é, nem o capital, nem os trabalhadores, se apropriam sem mediações da inovação.

<sup>31</sup> Fausto que, como vimos, é a grande referência de Haddad, diz algo parecido: “..de fato, se o ato de venda enquanto ato de venda se torna puramente formal (...), se a mercadoria é produzida enquanto mercadoria-para-a-venda, não há mais diferença essencial entre os que produzem esse produto-para-a-venda e os que vendem esse produto-para-a-venda. A produção é agora um todo que não é mais a totalidade do capitalismo clássico em que o momento produção era de qualquer modo primeiro. A totalidade poderia ser chamada agora tanto produção como circulação. Se isto é verdade, o trabalho improdutivo se torna produtivo (ou a diferença desaparece), assim como ‘o tempo livre’ se torna produtor de ‘valor’.” (FAUSTO, 1987:281).

<sup>32</sup> “Quando a Benetton articula as redes sociais informais de produção com as comerciais de *franchising*, quando sustenta, pela sua política de comunicação, esse processo de internacionalização de empresas e lojas que continuam tanto independentes quanto socializadas, ela age como um elo político de estruturação das dimensões produtivas da realidade social e comunicativa próprias de um território determinado, tanto pelos espaços de integração material da produção, quanto pelos tempos de funcionamento das redes. No modo de produção socializado, formas de organização política e práticas comunicacionais coincidem, ao mesmo tempo, com realidades produtivas e como terrenos naturais de estruturação de uma nova figura de empresário, destinada a ter um papel direto no jogo político.” (COCCO, 2000:111/112).

<sup>33</sup> “A emergência da economia da informação como paradigma do pós-fordismo acaba ultrapassando essas separações e referências tradicionais. Isso porque o trabalho acabou absorvendo as características distintivas da ação política, uma vez que o modo de produção contemporâneo integra, como força produtiva fundamental, uma intelectualidade de massa que se tornou social, isto é, pública. Não é a ação política que integra o modelo do trabalho, como anunciava H. Arendt, nem o agir comunicativo do mundo da vida que é colonizado pela racionalidade instrumental, como anuncia Habermas; é o trabalho que se torna ação, como capacidade de se adaptar à imprevisibilidade, de começar uma coisa de novo, e produzir *performances* lingüísticas.”. (COCCO, 2000:113).

<sup>34</sup> “Com a superindústria capitalista, a ética subjacente à ciência moderna, que nos tempos da grande indústria ainda se encontrava restrita a uma esfera particular, torna-se por assim dizer social. Com efeito, é só a situação geral da ciência moderna como fator de produção que socializa uma nova ética, ética que Habermas, com razão, chama de ‘Ética do Discurso’.” (HADDAD, 1996:48). A citação continua afirmando que “é o próprio capital que põe a ética do discurso no lugar do trabalho”. Ora, preferimos mil vezes o raciocínio de Cocco que diz que o que o capital põe no lugar do trabalho concreto de ontem é o trabalho imaterial de hoje. O que discordamos de ambos é que sem uma ação política superior -

conceito de ação<sup>35</sup>. Como a ação inovativa, essa ação política deve ser aproximada do trabalho como o faz diuturnamente o capital!

## **Conclusão – É ainda possível a unidade de classe baseada no trabalho ?**

Vimos, então, existir toda uma polêmica entre ver nos novos lances de incorporação da ciência e do trabalho intelectual em geral ao processo de valorização capitalista, o “cheque mate” da possibilidade do trabalho se reconhecer como gerador da riqueza social (e os trabalhadores poderem assim reivindicar seu papel de sujeito maior da história), e a posição justamente contrária: de ser este justamente o momento de realização daquela.

Assim, se, por exemplo, os autonomistas franco-italianos aqui representados por Cocco vêm unidade no “novo proletariado cognitivo” que une dos empregados precários aos que trabalham nos centros de pesquisa científica, os defensores do fim do paradigma do trabalho, aqui representados por Haddad, vêm entre os vários segmentos de trabalhadores não apenas diferenças mas contradições.

O julgamento de ambos acerca das transformações colocadas pela apropriação da ciência pelo capital (que Haddad chama a “superindústria) em termos do que ocorre com o trabalho são diametralmente opostos. Cocco, expondo o pensamento de Negri, num ensaio recente irá dizer que:

“...o trabalho vivo encontra uma centralidade que torna obsoletas as tradicionais partições e oposições (entre trabalho vivo e trabalho morto, produtivo e improdutivo, concreto e abstrato) sobre as quais se organizava a lei do valor (a acumulação). Se na era industrial a exploração se exercia a partir da separação do tempo de vida em tempo de trabalho e tempo livre, hoje em dia é a vida como um todo que é subsumida – em sua heterogeneidade – dentro do capital: exclusão, precaridade, informalidade e fragmentação social se tornam a regra e o devir do trabalho. (...) Nessa vida posta para trabalhar, o trabalho vivo encontra um potencial de autonomia imediatamente produtiva. Na tendência, capital variável e capital fixo se recompõem na carne de uma multidão constituída por singularidades que cooperam entre si, mantendo-se tais, ou seja, sem convergir nas figuras fusionais da classe, do povo ou da nação”. (COCCO, 2007:52). No extremo oposto, diz Haddad:

“Entre outros desdobramentos, na superindústria, o “trabalho” portador do conhecimento científico já não é mais trabalho simples potenciado. Se na grande indústria a redução do trabalho qualificado a trabalho simples já era complexa, ainda que se estabelecesse que a lei do valor antes exigia essa redução do que a pressupunha, na superindústria esta redução, dada a negação progressiva do trabalho como fundamento da riqueza, está excluída. A rigor, na superindústria, o “trabalho” portador do conhecimento científico não é sequer trabalho. É, preferencialmente, *atividade*.”

É como se a posição da ciência estabelecesse uma segunda diferença entre trabalho simples e trabalho qualificado (que deixa de ser trabalho e passa a ser atividade), determinando uma contradição entre eles. Por certo, uma contradição diferente daquela que existe entre o trabalho simples e o trabalho (na verdade, função, e não trabalho) de gerência, pois o último está ligado com a exploração, o que não é o caso de uma atividade inovadora. Pode até continuar existindo, no

---

efetivamente participativa dos trabalhadores –, que seja diferente tanto do “parlatório” de Habermas, quanto do trabalho político de Cocco, é impossível que venha o pós-capitalismo.

<sup>35</sup>Como, por exemplo, uma certa via da *public choice* revista em REIS, 1984 cuja dimensão estratégica se comunica com o trabalho pela via da racionalidade instrumental.

interior da superindústria, o clássico trabalho qualificado enquanto trabalho simples potenciado – como parece ser o caso do trabalho na organização toyotista – , mas o que estamos discutindo nesse momento é a incorporação da atividade científica (que passa a ser fator de produção) para o interior do universo produtivo, atividade que não se confunde com o trabalho.”(HADDAD, 1997:110)

Para Cocco as transformações na esfera produtiva colocam em ação na política o conjunto dos trabalhadores como uma “multidão” de “comuns” - que inclui dos “empresários políticos” aos “pobres”, que “se tornam imediatamente produtivos nas redes sociais”(COCCO,2007:53). Já para Haddad, tais transformações essenciais e mais outras próprias da dinâmica econômica<sup>36</sup>, o levará a identificar...

“... quatro classes distintas na sociedade superindustrial: 1) a classe constituída pelos proprietários do capital, pelos funcionários do capital (alta gerência) e pelos proprietários fundiários; 2) a classe dos agentes sociais inovadores, portadores do conhecimento científico-tecnológico aplicado à produção; (...) 3) a classe dos trabalhadores assalariados interiores à produção; e 4) os desclassificados (...) composta pelos elementos heterônomos da sociedade.”(HADDAD, 1997:120)

Na s análises realizadas aqui não nos focamos em uma a uma das diferenças que Haddad enxerga entre estes segmentos de classe de proprietários, agentes inovadores, trabalhadores e desclassificados; mas nos centramos nas diferenças entre os segundos e os terceiros, mostrando alguns problemas nos argumentos de Haddad.

Por exemplo, não é verdade que o agente inovador seja tão mais autônomo que o trabalhador. Hoje, e cada vez mais, não é da alçada destes as definições prévias do que podem ou devem fazer, nem as posteriores quanto ao destino do que foi feito (uma vez que dependem de estruturas de equipamento e financiamento que não lhes pertencem e frente às quais eles podem muito pouco), estando muito mais em jogo garantir, frente aos indivíduos produtores, os direitos da pessoa jurídica, ao usufruto dos resultados seja da pesquisa científica, seja dos produtos culturais ou artísticos.

Resume bem tudo o que dissemos, a afirmação de Beatriz Couto, segundo a qual:

“Assistimos à transformação em mercadoria tanto da obra como do autor, transmutados em produto e produtor; à suplantação da organização clássica da produção intelectual por sua organização coletiva; à expropriação do produto do trabalho intelectual, bem como a incorporação de critérios extra-campo de legitimação do produto e dos produtores. O processo de subsunção da capacidade intelectual de trabalho pode ser observado na hierarquização interna das equipes; na divisão do trabalho entre etapas de concepção, desenvolvimento, execução e circulação/legitimação; e, em níveis diferenciados de apropriação, entre os membros da equipe, da legitimidade intelectual decorrente do trabalho. Tal sintaxe implica na expropriação do mais-produto do trabalho coletivo e se transforma na base material da (des)legitimação relativa dos produtores hierarquicamente dominados ou, inclusive, dos que permanecem produzindo sob os modelos clássicos.”(COUTO,1999:24)

Vimos que a consequência imediata das análises de Haddad é o seu abandono de um paradigma da produção (aos moldes marxistas) em favor de um paradigma da linguagem Ao dizer que a ética do discurso

---

<sup>36</sup> Fundamentalmente atreladas à melhoria distributiva que irá provocar: i) uma hipertorfia do setores comercial (aumento e diversificação do consumo) e financeiro (o aumento da poupança dos trabalhadores justifica toda uma ampliação dos serviços de crédito e financeiros em geral), ii) do escritório da indústria (e dos serviços “imateriais”), iii) dos serviços pessoais prestados por autônomos ou não, e iv) dos serviços prestados pelo funcionalismo público (também estes aumentados dados os impostos pagos pelos trabalhadores/contribuintes. (HADDAD, 1997:120)

pode substituir o trabalho na compreensão crítica do mundo a partir da superindústria, Haddad incorre, ao nosso ver em dois equívocos, ambos resultantes de uma certa diminuição do alcance das contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção. São eles: o de considerar o fazer científico como não trabalho (que muito comentamos), e o de considerar como “infinita” a capacidade de adaptação do capitalismo a níveis mais elevados de desenvolvimento das forças produtivas (que queríamos agora comentar).

Para nós, se o capitalismo goza ainda de bastante vitalidade é justamente por conseguir transformar toda a atividade que se cria à margem do processo de produção de valor, em trabalho produtor de mercadoria e de mais-valia. Nesse aspecto a nossa avaliação seria mais pessimista do que a de Haddad, a medida em que vemos mais uma proletarização do trabalho do conhecimento do que uma “revolução ético-científica e educacional” (termos de Haddad) em curso. De outro lado, somos mais otimistas ao recusarmos a conclusão de que

“o capitalismo, a História provou, é compatível com qualquer nível, desde que elevado de produção. Ele se alimenta da sua expansão e está sempre apto a oferecer um quadro institucional diferenciado compatível com ela. A emancipação, portanto, se ela for possível, virá pela palavra.” (HADDAD,1996:156)

As contradições que devem ser administradas entre capacidade de produção e apropriação do sistema, não se reduzem ao que pode ser resolvido em um quadro institucional adequado. Por mais que o *welfare state* legitimasse a exploração burguesa, a contestação à mesma não se via limitada pela garantia por parte do Estado de um mínimo de dignidade aos não contemplados pelo mercado. Pelo contrário, como sabemos, o auge do projeto do *welfare state* coincidiu - não gratuitamente - com o auge da organização e do poder de contestação das classes dominadas. De outro lado, é preciso entender que a avalanche neoliberal que abalou as bases do *welfare state* ao longo dos anos 80 e 90 não se impôs gratuitamente, mas em função das tensões e contradições que mesmo esta forma frouxa e burguesa de contemporização dos interesses de classe impôs à reprodução ampliada do capital. Por isto mesmo não podemos concordar com Haddad quando este afirma que

“visto *a posteriori*, o esquema marxista da contradição entre forças produtivas e relações de produção só parece adequado ao pré-capitalismo. Sob o capitalismo, a flexibilidade das instituições abre campo para um desenvolvimento material que, não só não as ameaça, como, de fato, as legitima.” (HADDAD, 1996:91)

Para nós a “flexibilidade das instituições” só é possível porque a organização social tornou-se também ela passível de ser organizada nos moldes comuns a toda produção. Só que, assim sendo, ela está submetida à mesma lógica de valorização produtiva - o que dá base para a identificação deste fazer com o trabalho em geral.

Esse é mais um trabalho intelectual – o das burocracias do poder – que é então objeto da produção capitalista, e isso fica um tanto visível quando da ofensiva neoliberal., afinal, ela não é apenas a desmontagem do Estado, mas a sua remontagem em moldes “mercantilmente eficientes”. Vale dizer: a dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção adentrou de vez o terreno do Estado e do fazer político.

Por fim, se não acreditamos no otimismo que apregoa a realidade da ação política das “multidões”, mas também não compactuamos com o ceticismo dos adeptos do paradigma da linguagem, é porque, como mostramos ao longo do texto, acreditamos que esse aprendizado socializador dos trabalhadores no conjunto

das atividades sociais que significam, é já uma possibilidade e mesmo uma realidade, mas ainda coisificada na mercadoria.

Sendo assim, a identificação de todas as formas do trabalho entre si (entre as quais as formas de trabalho intelectual associadas à produção de ciência, arte, cultura e dominação política), cuja base não seria, então, o potencial de vida ou de amor das multidões em abstrato (descartadas já as confluências significativas que emergiriam de compreensões comunicativas que nada teriam a ver com a realidade do trabalho), mas a realidade comum que vivenciamos todos nós nos afazeres mais sujeitos à exploração ou mais sujeitos da exploração, não está na ordem do dia nem da ciência, mais crítica ou mais integrada, nem da política.

Dito de outro modo, a “moral da história” que Marx ousou descortinar - e que resumia-se em demonstrar para os trabalhadores que o conjunto da riqueza criada em todos os tempos (e então incorporada no capital) era um produto do trabalho alienado que eles deveriam reivindicar para si abolindo a propriedade privada -, exigia uma não identificação com o que quase chamamos de um “trabalho da dominação” como condição da denúncia dos capitalistas como aqueles que só usufruíam da exploração do trabalho alheio. Produziu-se aí um problema para a própria proposição de uma sociedade sem classes, uma vez que a condição de classe dos trabalhadores é que os impelia a agir naquele sentido revolucionário. Hoje, para nós, fica claro o contrário: é através da identificação com os que usufruem da exploração, com o seu trabalho particular, que o trabalho em geral poder-se-á fazer mais livre.

---

## Bibliografia

- ARANTES, P.E. (1981) *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Polis.
- ARENDT, H. (1993) *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARON, R (1969) *Les désillusions du progrès, essai sur la dialectique de la modernité*. Paris: Calmann-Lévy.
- BELL, D. (1973). *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.
- BERNARDO, J.(2000) *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo.
- BOURDIEU, C. (1982) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BRAVERMAN, H. (1980) *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAMPREGHER, G. (1993) *Desdobramentos lógico-históricos da ontologia do trabalho em Marx*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp.
- \_\_\_\_\_ (1998) *Para a crítica da negatividade do trabalho de Kurz*, III Encontro Nacional de Economia Política, Niterói, EdUFF, vol. I, p.41/47.
- \_\_\_\_\_ (2001) *Para a crítica da economia política do não-trabalho* Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.
- CASTELLS, M. (1999) *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. I, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- CASTORIADIS, C. (1993) *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CLARK, T.N. e LIPSET, S.M.(1991) “Are social classes dying?” *International Sociology*, 6 (4), 397- 410.
- COCCO, G. (2000) *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_ (2007) “Uma filosofia prática: o comunismo é a multidão que se tornou comum” in *Cult- Revista brasileira de cultura*. N. 118 – outubro/2007, ano 10.
- COUTO, B. (1986) “A acumulação de capital simbólico” in *Educação & sociedade*, São Paulo: Cortez, ano 8, n.25, dez.

- \_\_\_\_\_ (1999) *Trabalho intelectual coletivizado – produção, conhecimento e reconhecimento*. Tese de doutorado, IPPUR, Rio de Janeiro.
- DOMINELLI, L. e HOOGVELT, A. (1996) *Globalization, contract government and the taylorization of intellectual labor in academia*”. *Studies in political economy*. V. 49, spring, p.71-100.
- FAUSTO, R. (1987) *Marx: lógica e política* (tomo II). São Paulo: Brasiliense.
- GORZ, A. (1980) *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_ (1989) *Critique of economic reason*, London/New York: Verso.
- \_\_\_\_\_ (1991) *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*, Paris: Éditions Galilée.
- HABERMAS, J. (1989) *Teoría de la acción comunicativa*. Buenos Aires: Taurus.
- HADDAD, F. (1996) *De Marx a Habermas: o materialismo histórico e seu paradigma adequado*. Mimeo, São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_ (1997) “Trabalho e classes sociais” in *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 9(2): 97-123, outubro.
- JAMESON F. (1997) *Pós modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Ática.
- KURZ, R. (1992) *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LENZ, M. H. (1981) *A categoria econômica renda da terra*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- LUKÁCS, G. (1979) *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- MAAR, W.L. (1995) “Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?” In: VIGEVANI, T. et al *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Edusp.
- MARX, K. (1983) *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas)
- \_\_\_\_\_ (1986) *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. México: Sec XXI.
- MÉSZÁROS, I. (1981) *Marx: a teoria da alienação* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- NEGRI, A. (2002) *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- NEGRI, A. & LAZZARATO, M. (1991) “Travail immatériel et subjectivité”, *Futur Antérieur*, n.6, 1991.
- \_\_\_\_\_ (1992) “Le concept de travail immatériel: la grand entreprise”. *Futur antérieur*. Paris: Ed L’Harmattan, no.10, p.54-61.
- NEGT, O. “O marxismo e a teoria da revolução no último Engels”. In: HOBSBAWM, E. (org.) *História do marxismo* (vol. II) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NELSON, R. R. e WINTER, S. G. (1982). *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, MS: Harvard University Press.
- OFFE, C. (1989) *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1991) *Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (volumes 1 e 2).
- PAKULSKY, J. e WATERS, M. (1996) *The death of class*, Londres: Sage.
- PIAGET, J. (1973) *Estudos sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense.
- PIORE, M. e SABEL, C. (1984) *The second industrial divide*. New York: Basic Books.
- REICH, R. *O trabalho das nações* São Paulo: Educator, 1994.
- REIS, F. W. (1984) *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia “crítica” da política*. Belo Horizonte: UFMG/PROED/RBEP.
- SENNETT, R (2001) *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- SMITH, A. *História da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.